



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI
TELEFONE: 21 26200403

PROTOCOLO N°: 040001776/2015 **Nº CONTROLE:** 1419084 **CGM:** 8846
TITULAR: MUNICIPIO DE NITEROI
CNPJ: 28521748000159 **TELEFONE:** 2126136568
REQUERENTE: CLARO
ASSUNTO SECONSER - ADMINISTRATIVO
LOGRADOURO: VISCONDE DE SEPETIBA, 987
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: NITEROI
DATA: 25/08/2015
SUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO: LUIS ROBERTO CARVALHO SILVA

OBS.

PROJETOS EM IMPLANTACAO

TERMO N° 001 /2016

TERMO DE PERMISSÃO DE
USO QUE OUTORGA O
MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR
MEIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE
CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS
PÚBLICOS, E, A CLARO S/A,
na forma abaixo:

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, presentes, de um lado o Município de Niterói, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos- SECONSER, por meio de delegação prevista no decreto nº 11.355/2013, representada pela SECRETÁRIA Srª. DAYSE NOGUEIRA MONASSA, brasileira, [REDACTED] portadora da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] doravante denominada SECONSER, sediada na Rua Avenida Visconde Rio Branco nº 11, Ponta D' Areia - Niterói - Rio de Janeiro, CEP: 24.020-970, inscrita a Prefeitura Municipal de Niterói no CNPJ sob o nº 28.521.748/0001-59, e de outro lado a CLARO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, doravante designada simplesmente PERMISSIONÁRIA, neste ato representado por seu Gerente de Implantação ANDRÉ LUIZ DE FREITAS LINDO, brasileiro, engenheiro, portador do RG [REDACTED] expedido pelo SSP/PE, inscrito sob o CPF nº [REDACTED] com endereço na Rua voluntários da Pátria, 143 - Botafogo, Rio de Janeiro, e por sua Diretora Regional MARIA GABRIELA DERENNE CAMPOS, brasileira, economista, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela DPF/RJ , inscrita sob o CPF nº [REDACTED] com endereço na Rua Mena Barreto, 42 - Botafogo, Rio de Janeiro, é assinado o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL, a título precário, na forma do constante processo administrativo nº 040/1776/2015 e que se regerá pelas seguintes normas: Lei

nº. 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e alterações, Lei Municipal 925/91 e alterações e lei nº 3029 de 12 de abril de 2013, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto desta permissão de uso, a título oneroso, o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO, nas seguintes especificações:

1.1 - Equipamento RJNIT51, situado na Avenida Alberto Francisco Torres, S/N, em frente ao nº 621, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro;

Coordenadas: S -22° 54' 42.48" / W 43°06'33.12", conforme planta de localização em anexo, parte integrante do presente Termo;

1.2 - Equipamento RJNIT82, situado na Rua Miguel de Frias, esquina com a Praça Getúlio Vargas, Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro;

Coordenadas: S -22° 50' 37." / W 43°11'59.29", conforme planta de localização em anexo, parte integrante do presente Termo;

1.3 - Equipamento RJNITS8, situado na Rua Presidente Backer, esquina com a Rua Moreira César - Icaraí, Niterói, Rio de Janeiro;

Coordenadas: S -22° 54' 18.60" / W 43° 06'43.30", conforme planta de localização em anexo, parte integrante do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O imóvel objeto desta permissão de uso destinar-se-á, exclusivamente, à instalação de equipamentos necessários à prestação de serviços de telecomunicação, incluindo a Estação Rádio Base e montagem de antenas de transmissão e recepção, vedada a sua destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a arcar com todas as despesas relativas à instalação dos respectivos equipamentos, bem como, das modificações que se fizerem necessárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a proceder à instalação do bicicletário sobre as áreas, objeto da presente permissão de uso, com modelo a ser aprovado pela SECONSER, sendo os referidos bens instalados incorporados ao

046/1776/2015

(83)

domínio municipal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É de exclusiva responsabilidade do PERMISSIONÁRIO a obtenção, junto aos órgãos e entidades competentes, de todas as licenças e/ou autorizações eventualmente necessárias para a instalação, nas áreas cedidas, das dependências e equipamentos anteriormente mencionados.

PARÁGRAFO QUARTO - Fica ajustado que os documentos referentes às áreas cedidas, necessários à obtenção das licenças e/ou autorizações supracitadas, deverão ser fornecidos pelo MUNICÍPIO ao PERMISSIONÁRIO, no ato da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO - Fica o PERMISSIONÁRIO autorizado a compartilhar, em serviços de telecomunicações, a Infra-estrutura e equipamentos componentes da Estação Radio Base instalada no imóvel, objeto desta Permissão de Uso, obrigando-se a respeitar as disposições previstas neste instrumento, bem como, a Resolução 274 da Anatel.

CLÁUSULA TERCEIRA

De acordo com a legislação aplicável, esta permissão de uso é concedida ao PERMISSIONÁRIO em caráter eminentemente precário, no prazo de até 24 meses, contados da data da assinatura deste termo, não havendo óbice a renovação após o prazo inicial, desde que por nova outorga, no qual serão estipulados nova remuneração e encargos.

CLÁUSULA QUARTA

Como contraprestação pela permissão de uso objeto deste Termo, o PERMISSIONÁRIO pagará ao MUNICÍPIO, mensalmente, a importância de R\$ 4.200 (quatro mil e duzentos reais), correspondente aos 03 (três) *undergroud sites* instalados, que deverá ser paga pelo PERMISSIONÁRIO no 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, mediante ao pagamento do DARM (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL), a ser obtido junto a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos- SECONSER.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não pagamento do valor estipulado no dia aprazado fará incidir para o PERMISSIONÁRIO a multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor devido, além da incidência de juros de mora de 1% ao mês, além da atualização monetária pelo índice IGPM(FGV), sem prejuízo da

DR

Danilo dos Santos F. Valim
Subsecretário de Fiscalização
de Serviços Concessão
SECUINFOR-PMN/Mar. 2006.

040/1776/2015

(84)

aplicação na norma prevista no art. 9º, da Lei Municipal 925/91.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A partir do primeiro ano de utilização o valor unitário será reajustado com base na variação do IGPM (FGV).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de extinção do índice supra mencionado, prevalecerá o índice substituto em vigor, ou outros critérios que vierem a ser fixados pelas autoridades governamentais competentes.

CLÁUSULA QUINTA

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a bem conservar o local cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA

O PERMISSIONÁRIO somente poderá realizar no imóvel as obras ou benfeitorias necessárias para adaptá-lo ao desenvolvimento de suas atividades, obrigando-se a restituí-lo nas mesmas condições do recebimento, sem quaisquer ônus para o PERMITENTE. Sendo vedada, a realização de qualquer outra benfeitoria, em cumprimento a alínea "f", do artigo 8º, da Lei Municipal 925/91, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades municipais competentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O PERMITENTE reconhece que os equipamentos instalados na áreas são de propriedade do PERMISSIONÁRIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do MUNICÍPIO, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias existentes no imóvel, assegurado ao MUNICÍPIO, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso ao objeto da permissão aos

Danilo dos Santos F. Valim
 Subsecretário de Fiscalização
 de Serviços Concessão
 SELUNDO-R-PMN / Mat. 245...

servidores do MUNICÍPIO, ou de quaisquer outras repartições MUNICIPAIS, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo, a ser cumprida pelo Sr. DANILo DOS SANTOS FERREIRA VALIM; RAFAEL DE MELO AMARAL; RICARDO DE ALCÂNTARA MENEZES.

CLÁUSULA OITAVA

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do bem objeto deste termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não é responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA

O PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente desta termo ou da utilização do imóvel, bem como da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se:

- a) a desocupar o bem e restituí-lo ao MUNICÍPIO, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima primeira, no prazo de 10 (dez) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido (ato extintivo), sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação

040/1776/2015 (86)

Dânilo dos Santos F. Valim
Subsecretário de Fiscalização
de Serviços Comunitários
SECONSER-PMN / Maio 2006.

compulsória por via administrativa;

- b) a não usar o imóvel senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, o imóvel objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa do Sr. Prefeito e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

O PERMISSIONÁRIO reconhece que a presente permissão de uso tem caráter precário, podendo ser revogada, total ou parcialmente, a qualquer tempo pelo PERMITENTE, mediante formal aviso prévio de 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderá a PERMISSIONÁRIO, a qualquer tempo, rescindir o presente Termo, mediante notificação, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

Em caso qualquer motivo que venha a impedir, total ou parcialmente, provisória ou definitivamente, o uso do imóvel para as finalidades a que se destina (cláusula segunda), poderá o Município a seu exclusivo critério: 1) considerar terminada a permissão de uso, sem que o PERMISSIONÁRIO tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou 2) não considerar como integrante do prazo de efetiva utilização do imóvel (cláusula terceira) o período de tempo equivalente ao das obras de restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado termo de aditamento ao presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir o bem em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Qualquer dano porventura causado ao bem objeto da presente permissão será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.

2x

040/1776/2015 (84)

Danilo dos Santos F. Valim
Subsecretário de Fiscalização
de Serviços Concessão
SEGUINER-PMN / Mat. 23402

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

No caso do não atendimento a qualquer exigência formulada pelo MUNICÍPIO, ou do descumprimento de qualquer obrigação assumida no presente termo, ou ainda no de eventual infração a qualquer dos deveres assumidos, ficará o PERMISSIONÁRIO sujeito à rescisão de pleno direito deste termo, bem como a arcar com as multas que lhes forem impostas pelo MUNICÍPIO, no valor correspondente a, no mínimo, R\$ 135,76 (cento e trinta e cinco reais e setenta e seis centavos) e, no máximo, R\$ 1.357,60 (mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) a serem pagas em moeda corrente.

§1º O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa diária do valor equivalente a R \$1.000,00 (mil reais), se, findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso, não restituir o imóvel na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

§2º A multa incidirá até o dia em que o bem for efetivamente desocupado ou retorno áquelas condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do bem pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do local, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

§1º Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo MUNICÍPIO para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO.

§2º Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão e a exclusivo critério do Sr. Prefeito: I) doá-los,

2c

em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente; II) vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o resarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com o MUNICÍPIO ou de despesas incorridas. Para a prática dos atos supramencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, ao MUNICÍPIO, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

Sem prejuízo da natureza precária desta permissão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Rascindida a permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse do bem e de tudo afetado à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA

O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulam exigências através de qualquer uma das seguintes formas: I) Publicação no Diário Oficial, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO; II) por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.); III) pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO: a) no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO; b) através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do

*Danilo dos Santos F. Valim
Subsecretário de Fiscalização
de Serviços Concessão
SELUINSC-R-PMN / M 2345. .*

Apr/1776/2015 (89)

89

valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA

O MUNICÍPIO evidenciará, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura, o encaminhamento de cópia autêntica do presente Termo ao Tribunal de Contas e à SEPLAG.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA -PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Comarca de Niterói, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando o PERMISSIONÁRIO, por si, seus herdeiros ou sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas.

RAYSE NOGUEIRA MONASSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CPFE n° 030 889 544-13

CLAROVA

© 1996 Perenne

Directoria Regional de
Obras Públicas y Servicios

STAROGLA



SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 23, 24 E 25 DE JULHO DE 2016

1224-040-6 para a Administração Regional do Ingá, a contar de 01/06/2016.

- Deferido

Despacho do Secretário

6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DESPACHO DO SUBSECRETARIO

16 – 30/14531/16 – 30/14533/16 – 30/14534/16 – 30/14535/16 – 30/14536/16 –

ATROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO, MANTENDO O AUTO DE INFRAÇÃO.

5 – UNIMED SÃO GONÇALO NITERÓI SOC. COOP. SERV. MED. HOSP.

Aº N° 1835/2016 - AUTO DE INFRAÇÃO N° 0504/14 - INCIDÊNCIA DO ISS

IA DE SOLUÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE SAÚDE (SUBITEM 4.23) -

“CITAÇÃO DO CONTRIBUINTE ACERCA DA DECISÃO FINAL – PROVIMENTO

RESOLUÇÃO SEOP N° 008, de 22 de Julho de 2016.

Regimento Interno da Guarda Civil Municipal de Niterói, a organização

ativa e operacional da Corporação, bem como as principais atribuições dos

funcionários de mando no âmbito da Corporação,

TRÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais,

de acordo com o disposto no art. 9º do Decreto 11.391/2013 e tendo em vista o que consta

Suprir o Guiaamento de Pronto Emprego (GPE) do artigo 2º, Inciso VI, da

SEOP nº 008/2014, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte

A Guarda Civil Municipal de Niterói (GCMN) está estruturada em:

Juntas Regionais (JNRG);

Setoriais Setoriais (COORD. SET);

Setor de Gestão (DEP);^a

2. da Guarda (CORPO GUARD);

Acrescentar ao artigo 16, do Capítulo VII, da Resolução SEOP nº 009/2014, em

último VI, e, ainda, os §§ 1º, 11º, 12º, incisos I a VI, e § 13º, passando o Art.

“CAPÍTULO VIII

DAS COORDENADORIAS

s, sendo estas inseridas na circunstância de atuação da Inspeção Regional

e aequitas voltadas ao exerçitio de atribuições não necessariamente no âmbito

as seguintes as Coordenadorias Especializadas:

ambiente;

Habendo Escobar;

is, e

ao Serviço Social;

Jeniorias de Ações Táticas (CAT);

de São Bento; e

gerenciadora da Trânsito cabe gerenciar,

as agências de fiscalização, no âmbito da Guarda Civil Municipal, a

coordenação de Meio Ambiente cuja gerência no âmbito da Guarda Civil

é exercida diretamente da rodovias interestaduais.

INCORPORACÕES LTDA. OBJETO: Fica prorrogado a partir de 30 de junho de 2016, por mais 04 (quatro) meses o prazo de vigência do contrato ora assinado, do processo administrativo n° 04/00011234/2016. VALOR: R\$ 11.823,24,48 (onze milhares, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 9.668/93, de 21 de Junho de 1993, e Lei Federal,

nº 10.520/2002, de 17 de Julho de 2002, bem como o processo administrativo

Extrato N° 50/2016 – Termo de Quitação n° 01/2016 – SECONSER. PARTES:

Município de Niterói tendo como gestora a SECONSER – Secretaria de Conservação e

Serviços Públicos de Niterói e a empresa CLARO S/A. OBJETO: Quitação do Município do

Brasil nº 0001775/2015. PRAZO: Pagamento em até 30 (trinta) dias. VALOR: R\$ 28.200,00

nº 8.668/93, bem como o processo administrativo n° 04/0001775/2015. DATA DA

ASSINATURA: 21/07/2016. Procedimento administrativo nº 04/0001775/2015. DATA DA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO FONSECA

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas para pagamento dos serviços de iluminação

do projeto Natal Luz do Horizonte da Foneca, processo 48/00047/2016. PARTES: O

empresário WGC 3 Produtos e Eventos; OSUETO: Serviços de transporte, montagem,

operação e desmontagem da iluminação do evento Natal Luz do Horizonte da Foneca;

lei 8.668/93 e enunciado da Síntese Administrativa PG/M nº 432/06, artigo 59, parágrafo único da

trabalho 04/12.001.2744, Fonte: 100,Nota de Empreito 00157, DATA DE

ASSINATURA: 22 de julho de 2016.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EDITAL PROCURADOR N° 31, DE 22 DE JULHO DE 2016

resultado final do Concurso do Município 3ª Categória (P3), CONVOCA o candidato do

5.13 e 14.4 do Edital nº 01, de 22 de setembro de 2014.

1. Candidato convocado:

Inscreto

Nome

Guilherme Augusto Veltz Hornbeck

Situação

Aprovado

Classificação

12º

2. O candidato acima convocado deverá comparecer à Sede da Procuradoria Geral do

Município (Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 7º andar, Centro, Niterói) impreteravelmente

até o dia 05 de agosto de 2016 portando o original ou cópia autenticada dos seguintes

documentos:

a) Documento de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Cartório de Casamento;

d) Diploma, devolutivamente registrado, de bacharel em Direito, fornecido por instituição de ensino, reconhecido pelo Ministério de Educação ou Certificado de conclusão e protocolo

e) Documento que comprove a quitação de obrigações concernentes ao serviço militar, se

for sexo masculino;

f) Declaração que comprove a quitação de obrigações concernentes ao serviço militar, se

for sexo feminino;

Proc. 2100033538/2015 - Ana Maria Genal Macearenhas.

Proc. 2100033667/2016 - Débora Ribeiro, matrícula n° 232.905-5-FME, matrícula n°

Salário Maternidade - Deferido

Proc. 2100033668/2016 - Denis Xavier dos Santos Cabral.

Acumulação de Cargos - Deferido

Proc. 2100027177/2016 - Rosana Ribeiro, matrícula n° 232.905-5-FME, matrícula n°

233.537-0-FME, Matrícula nº 281.607-2, Governo do Rio de Janeiro/SE.

Proc. 2100027272/2016 - Cláudia Eugênia de Melo e Alvim Jacy Monteiro

Acumulação de Cargos - Indeferido

Proc. 210001322/2016 - Rosânia dos Santos Cenuti Santana.

Descrição e Credencia Servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói para

o recebimento da Verba Escolar, recurso a que se refere o Decreto nº 79.898 de 17 de

maio de 1998, alterado pelos Decretos de nº 9027/03, de 04 de julho de 2003, e de

O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º - Credenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abeixo

relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de

Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede

Carla Vater de Almeida - Matrícula nº 235.826-5 da E.M. Vila Costa Monteiro (Delentora).

RESOLVE:

Art. 1º - Credenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abeixo

relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de

Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário (PORTARIA FME Nº 42/2016).

Aprovo as contas do convênio 01/2013 e Termo Aditivo nº 01/2015, período: janeiro e

fevereiro de 2016, da ASSOCIAÇÃO PARQUE DA COLINA - Creche Comunitária Eufina Felix, Programa Criança na Creche.

Aprovo as contas do convênio nº 03/2013 e Termo Aditivo nº 09/2015, período: janeiro e

fevereiro de 2016, da MITRA ARQUIDIÓCESANA DE NITERÓI - PARÓQUIA NOSSA

Senhora das Dores, Creche Comunitária Prof. Lenilda Soares Cunha, Programa

Aprovo as contas do convênio nº 03/2013 e Termo Aditivo nº 00/2015, período: janeiro e

fevereiro de 2016 do GRUPO ESPÍRITU MESSE DE AMOR, Creche Comunitária Anália

Franco, Programa Criança na Creche.

Despachos

Processo: 210/333/2016. Recorrente: BT EVENTOS LTDA. ME. Objeto: Impugnação

ao Pregão nº 015/2016. Intendente:

Objeto: Impugnação ao Pregão nº 015/2016. Intendente.

207/2016. Onde se fa:

"Programa de Trabalho 2013-2015, publicado em 20/03/2016, intitulado: "Programa de Trabalho 2013-2015".

Homologação nº 00177/2016. Indeferido.

Processo: 210/345/2016. Recorrente: RIO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP.

Objeto: Impugnação ao Pregão nº 015/2016. Intendente.

2016. Onde se fa:

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-

-